



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS - PORTUGUÊS**

EDUARDA KAROLINE LIMA SILVA

ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE FEMINICÍDIO NO *FACEBOOK*

**CAMPINA GRANDE- PB
2019**

EDUARDA KAROLINE LIMA SILVA

ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE FEMINICÍDIO NO *FACEBOOK*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Letras – Português, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tânia Maria Augusto Pereira

**CAMPINA GRANDE- PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586 Silva, Eduarda Karoline Lima.
Análise discursiva sobre feminicídio no Facebook
[manuscrito] / Eduarda Karoline Lima Silva. - 2019.
33 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras
Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Tânia Maria Augusto Pereira ,
Departamento de Letras e Artes - CEDUC."
1. Feminicídio. 2. Facebook. 3. Análise do discurso. 4.
Preconceito de gênero. I. Título
21. ed. CDD 304

EDUARDA KAROLINE LIMA SILVA

ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE FEMINICÍDIO NO FACEBOOK

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras – Português, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras.

Área de concentração: Linguística

Aprovada em 27/11/2019.

BANCA EXAMINADORA

Tânia Maria Augusto Pereira

Prof^a. Dr^a. Tânia Maria Augusto Pereira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Simone Dália de Gusmão Aranha

Prof^a. Dr^a. Simone Dália de Gusmão Aranha
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Iara Francisca Araújo Calvacanti

Prof^a. Dr^a. Iara Francisca Araújo Calvacanti
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais
E todas as mulheres violentadas, DEDICO.

Que nada nos limite.
Que nada nos defina.
Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria substância.
(BEAUVOIR, 1967)

“O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. ”

(FOUCAULT, 2009, p.10)

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Postagem 1 - Mulher morta a tiros em Brejo do Cruz.	22
Comentários do post 1	23
Postagem 2 - Mulher é morta pelo ex-companheiro em Campina Grande/PB.....	24
Comentários do post 2	25
Postagem 3 - Homem mata a esposa e depois tira a própria vida em Areia/PB	26
Comentários do post 3	27

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	8
2. NOÇÕES TEÓRICAS DO CAMPO DISCURSIVO	9
2.1 DISCURSO	9
2.2 FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA	10
2.3 SUJEITO	12
3. SOBRE O FEMINICÍDIO.....	13
3.1 A LEI MARIA DA PENHA.....	16
4. SOBRE O <i>FACEBOOK</i>	18
5 DISCURSO DO FEMINICÍDIO NO <i>FACEBOOK</i>	21
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	30

ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE FEMINICÍDIO NO *FACEBOOK*

Eduarda Karoline Lima Silva

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os discursos sobre a violência contra as mulheres em uma página do *Facebook*. A pesquisa está centrada na análise dos discursos divergentes em casos de feminicídio. O tema é relevante para a compreensão acerca dos valores históricos e sociais, assim como dos direitos e leis que buscam proteger as mulheres do século XXI. É válido refletir como tais discursos persistem e apontam a vítima como culpada pela violência. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Foram coletados alguns *prints* de comentários na página do Blog Márcio Rangel e seus respectivos discursos, que determinam ideologias dos sujeitos. Teoricamente, a pesquisa foi subsidiada pelas ideias de Brandão (2012), Fernandes (2008), Orlandi (1999) e Foucault (2012), no que tange às questões discursivas, e por Brito (2017) e Gelbrim e Borges (2014), no que se refere ao feminicídio. A mídia é uma ferramenta que possibilita a formação de identidades, como também facilita circulações dos discursos. Constatamos que o *Facebook*, com suas páginas de caráter jornalístico, informativo, vem concretizando alguns discursos como verdades e excluindo outros como inverdades.

Palavras-chave: Feminicídio. Discurso. *Facebook*.

ABSTRACT

This article aims to analyze the discourses about violence against women in a Facebook page. The research is centered on the analysis of divergent discourses in femicide cases. The theme is relevant to understand the historical and social values, as well as the rights and laws that seek to protect women of the 21st century. It is valid to reflect on how such discourses persist and point the victim as the one to blame for the violence. Methodologically, it is a qualitative bibliographical research. Some comments and its respective discourses, which determine the subjects' ideologies, were collected through prints on Blog Márcio Rangel's Facebook page. Theoretically, the research was subsidized by the ideas of Brandão (2012), Fernandes (2008), Orlandi (1999) and Foucault (2012), regarding to discursive questions; and by Brito (2017) and Gelbrim and Borges (2014), regarding femicide. The media is a tool that enables the formation of identities and facilitates the circulation of discourses. We have found that Facebook, with its journalistic and informative pages, has been defining some speeches as truths and excluding others as untruths.

Keywords: Femicide. Discourse. *Facebook*.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muitos dos discursos que circulam nas mídias sociais se proliferam e se tornam pautas para grandes debates acerca de acontecimentos históricos e sociais. Devido à facilidade que os meios digitais oferecem, desde criar uma conta e opinar sobre determinado acontecimento, pensamos que temos liberdade de apontar e comentar assuntos que podem levar à distorção ou incitação da violência, como no caso do feminicídio, ou seja, um “*post*” pode gerar comentários que expressam apoio ou desavença. O *Facebook* é uma das redes que favorece a circulação de notícias e, por consequência, a opinião de alguns internautas.

O feminicídio foi o termo legalizado no Brasil, a partir de março de 2015, para divulgar os constantes crimes cometidos em mulheres. A violência contra a mulher não acontece a pouco tempo, é histórica. Essa problematização vem sendo discutida desde a formação de movimentos feministas. Dessa forma, é essencial o alerta e a investigação desses acontecimentos.

A teoria discursiva pode ser uma das maneiras que possibilita a interpretação e compreensão de alguns discursos sobre essa temática. Segundo Fernandes (2008), os sentidos produzidos pelo discurso dependem das condições sócio-históricas do sujeito. A proliferação das palavras possui sentidos que dizem respeito às ideologias e ao lugar que o sujeito ocupa. Diante dessa temática, levantamos o seguinte questionamento: como são apresentados os discursos sobre feminicídio na rede social *Facebook*?

Para responder a esse questionamento, selecionamos em uma página do *Facebook*, comentários feitos por sujeitos que se posicionam contra e/ou favor do feminicídio. Esse tema é polêmico e necessita uma construção histórica e social para melhor compreensão. Realizamos uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e constituímos um *corpus* que apresenta comentários feitos na postagem da página do “Blog Márcio Rangel”, no *Facebook*, acerca do feminicídio. Analisamos o posicionamento dos discursos veiculados no *Facebook*, os quais apresentam divergência: alguns contra e outros a favor. Tais discursos refletem tanto a historicidade do sujeito, quanto distorcem o acontecimento, invertendo o papel de culpa, isto é, mesmo a mulher sendo vítima da violência justificam que ela foi culpada.

Embora venha crescendo o número de pesquisas acerca do feminicídio, enfatizar e circular estudos e campanhas nunca é demais, pelo contrário, trata-se de uma tarefa desafiadora e difícil de ser abordada, já que o feminicídio engloba inúmeros questionamentos. A tarefa de investigar essa problemática é extensa e está em constante evolução, ou seja, em diversos âmbitos pode ser estudada: no campo da Psicologia, no Direito, no Discurso, entre outros. Neste sentido, por ser um tema que possui uma extensão de assuntos a serem explorados, em nosso caso, destacamos a materialidade linguística como campo de análise.

A ideologia e a historicidade do sujeito devem ser trabalhadas em conjunto, pois a partir delas compreendemos os estudos discursivos e suas produções. Esse trabalho possui contribuições teóricas de autores como: Brandão (2012), Fernandes (2008), Foucault (2009), Orlandi (1999). Também foram utilizadas como fontes a Lei Maria da Penha e textos sobre o feminicídio e mídias digitais, especificamente do *Facebook*.

Utilizamos algumas noções teóricas como: discurso, formação discursiva, formação ideológica e sujeito. Buscamos analisar as divergências de discursos, como eles contribuem e influenciam os sujeitos por meios das mídias digitais. Também foram relevantes os estudos no campo do Direito e suas contribuições para auxiliar a análise discursiva dos sujeitos e como as leis funcionam no país. Esses estudos esclarecem o feminicídio e quais medidas devem ser feitas nesse caso.

Nosso artigo apresenta noções teóricas sobre o campo discursivo, uma abordagem sobre o Feminicídio, explana a Lei Maria da Penha, ressaltando sua importância para a proteção das mulheres violentadas, discute a relevância das mídias, especialmente a do *Facebook*, e o discurso do Feminicídio no *Facebook*, na página “Blog Márcio Rangel”.

2. NOÇÕES TEÓRICAS DO CAMPO DISCURSIVO

A teoria discursiva leva em conta o sujeito e sua história, por isso considera as condições de produção na efetivação do sentido.

Para Orlandi (1999), não se tem direito de dizer tudo, não se pode falar tudo o que pensa em qualquer circunstância, não se pode falar qualquer coisa. As interdições regulam o discurso.

Enquanto Foucault (2009, p.10) considera que os discursos são controlados pelos poderes e saberes:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Nesse sentido, os discursos revelam quais princípios e sistemas nos representam. Consequentemente, a partir do momento que inserimos nos meios comunicativos, é necessário considerar que haverá o combate e o confronto, em que esses discursos oferecem na materialidade linguística.

2.1 DISCURSO

Como sujeitos, desde a infância, somos incentivados a falar, mas também obrigados a controlar os nossos dizeres. Incentivados a proferir verdades, mas silenciar nossas opiniões com receio do que o outro irá pensar. Ao nos inserirmos nesse universo discursivo, consequentemente no campo de embates, tudo que é dito carrega um sentido e uma ideologia. De modo geral, o discurso possui um efeito de sentido produzido pelos sujeitos que compõem o cenário comunicativo. Esse conceito requer responsabilidade diante como os nossos discursos e nossos posicionamentos acabam ampliando discussões em diferentes pontos de vista.

Para Foucault (2009, p. 10), “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.”

Falar sobre o discurso, não é simplesmente falar sobre frase, no sentido gramatical. É um processo em que estão inseridos os contextos histórico e social,

propiciando sentidos através das condições de produções. O campo discursivo permite analisar as práticas discursivas, de acordo com o contexto em que o sujeito está inserido.

Os discursos produzem efeitos de sentidos. Isto é, todo conjunto de enunciados produz algum sentido, que é determinado pelas condições socio-históricas. Com isso, explica-se a ideia de que um discurso nunca é compreendido da mesma forma por diversos sujeitos.

Para Fernandes (2008, p. 12),

Discurso tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística.

De acordo com Orlandi (1999, p. 15), o discurso é a palavra em movimento, prática da linguagem. Com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. Logo, podemos afirmar que o discurso não é a linguagem em si, mas pode ser concretizado através dela, e pode apresentar divergências diferentes discursos que revelam ideologias sobre um determinado tema.

A partir dessa noção de discurso, encontra-se a ideia de efeitos de sentidos. Os sentidos devem ser compreendidos como a forma que os sujeitos inferem determinado tema, e não o significado da palavra em si. Orlandi (1999, p. 43), afirma que “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo socio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentidos segundo as posições daqueles que as empregam.” Desse modo, uma mesma palavra pode ter sentidos diferentes, dependendo do lugar que o sujeito ocupa. Portanto, os enunciados são releituras de outros ditos.

Os discursos emergem significações, determinam o modo de pensar dos indivíduos e são perigosos, já que sofrem transformações por serem compostos de uma série de acontecimentos sociais. O discurso é um acontecimento histórico-social, no qual a materialização da linguagem é composta por ideologias distintas, através da linguagem em interação e suas condições de produções.

Para Orlandi (1999, p. 30), condições de produção se referem ao contexto imediato. Se considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio histórico e ideológico. Dessa forma, para a autora, as condições de produção dos discursos também se relacionam com o lugar ocupado pelos sujeitos e seus interlocutores, o que reafirma o quanto o discurso determina o lugar social do sujeito. A linguagem é compreendida como interação e faz com que os sujeitos produzam efeitos de sentido e exponham suas ideologias.

2.2 FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

A noção de Formação Discursiva (FD) remete a um espaço “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem. São os discursos transversos.

A ideologia é uma das instâncias que compõem o discurso. Ao analisar essa articulação entre discurso e ideologia, temos a Formação Ideológica (FI) para explicar o quanto a produção dos discursos carrega constantemente a ideologia. Brandão (2012), explica que a instância ideológica funciona a partir do

assujeitamento do sujeito, visto como sujeito ideológico. Tudo o que o indivíduo diz, automaticamente, o situa em um lugar social, que determina sua concepção social. As diversas posições políticas e ideológicas que compõem os grupos sociais, acabam resultando nas formações ideológicas.

Para Haroche (1971), a formação ideológica é definida por um elemento que intervém como uma força confrontada com outras forças num conjunto ideológico característico de uma formação social em dado momento. Essa formação institui uma série de atitudes e representações que se relacionam a posições de classe em conflito umas às outras.

Para Orlandi (1999), a FD é definida como uma formação ideológica dada, na qual o fator sócio-histórico influencia o que é dito e o que vem a ser dito. Ao falar sobre FD refere-se ao que foi e pode ser dito em uma determinada época e espaço, partindo das condições de produção. Para Foucault (1995, p. 31),

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

O discurso é constituído pelos seus sentidos, e, com isso, o sujeito se insere numa FD, em que suas palavras não têm um sentido próprio, mas derivam através dos sentidos das formações discursivas. Essas formações resultam no que chamamos de FI. As palavras ditas pelos sujeitos revelam suas ideologias através de outros traços ideológicos. Essa explicação reafirma o que Orlandi (1999, p. 43) diz: “toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo o discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.” Desse modo, as formações discursivas são constituídas por heterogeneidades, diante dos campos discursivos. Uma FD está sempre em contato com outras FD. Dessa maneira, Fernandes (2008, p. 66) define uma FD como a presença de distintos discursos “oriundos de diferentes lugares sociais e diferentes momentos na história.”

Ao perceber que uma FD é atravessada por outras formações discursivas, Pêcheux (1998, p. 160) muda o conceito, representando a FD como um lugar central, responsável pela articulação entre discurso e língua. Para o autor, a FD é:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode ser dito e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...] as formações discursivas representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes.

Visto que a FD é heterogênea e não estável, os sentidos que constituem os discursos não são determinados pela língua, mas dependem de uma série de condições que definem a época e o espaço social, determinando o que pode ser dito pelos sujeitos, que busca homogeneizar os discursos com relações aos efeitos de sentidos dos embates ideológicos. Portanto, analisar uma sequência discursiva, requer compreender o que vem a ser um processo de reprodução e transformação, em que as palavras iguais possuem diversos significados em formações discursivas distintas. Conforme as palavras de Pêcheux (1998, p. 161),

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber diversos sentidos diferentes [...] conforme se refiram a esta ou àquela formação discursiva, é porque uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

Corroborando a ideia de Pêcheux (1998), essas relações de sentidos instituem a relação que o discurso advém do outro. Quando se lê um discurso, considera-se não apenas o que foi dito, mas o que está implícito. Sendo assim, o dito, não possui um único sentido, ele advém de outros discursos.

2.3 SUJEITO

A definição de sujeito não remete a indivíduos. Não deve ser considerado apenas como um ser individualizado. Fernandes (2008, p. 24) explica que:

O sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um ‘eu’ individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro.

Nesse sentido, o sujeito pode ser compreendido através dos seus discursos. Isto explica como eles se opõem um ao outro, com suas ideologias referentes a um determinado tema ou manifestação no âmbito social. Fernandes (2008) esclarece que, por esses sujeitos não serem homogêneos, seus discursos, em todo momento, se negam e se contradizem. A ideologia não se separa do sujeito, ele é constituído por suas ideologias e seus sentidos.

A esse respeito, Orlandi (1999, p. 47) afirma que “Não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de descrever.” A ideologia é o resultado da interação do sujeito com a língua e a história, no que resulta os diversos sentidos.

O discurso sempre estará carregado de outro discurso, e através desse que o sujeito poderá constituir o seu discurso. Ou seja, a noção do sujeito discursivo compreende que o sujeito possui marcas sociais/ideológicas e sofre influência de diferentes vozes sociais, o que se denomina de polifonia.

O conceito de polifonia, criado por Bakhtin, deu origem também ao que se denomina de dialogismo, que refere-se às relações estabelecidas entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos (BRAIT, 1997, p. 98).

Fernandes (2008, p. 27) explica que:

O sujeito e o discurso resultam da interação social estabelecida com diferentes segmentos em um mesmo ou em diferentes âmbitos sociais; daí o entrelaçamento de diferentes discursos na constituição do sujeito discursivo, o que nos leva, com Bakhtin, à constatação de que o sujeito é polifônico. A linguagem será apreendida sempre em uma situação social e histórica, na qual e com a qual os sujeitos constituem pela interação social; o “eu” e o “outro” são inseparáveis e a linguagem possibilita-lhe a interação.

Os sujeitos discursivos revelam que as vozes sociais mantêm relação com parte do que é dito por eles mesmos. O sujeito discursivo não se origina nos seus dizeres, já que não existe apenas um único sentido, isto é, os discursos estão constituídos por outras vozes, logo, o discurso é heterogêneo e polifônico, e tudo que já foi dito por alguém, já foi dito por outros sujeitos em vários lugares, e em situações adversas. Diante disso, Orlandi (1999, p. 32) afirma que:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas palavras”. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o inútil, do ponto de vista discursivo.

Podemos afirmar que os nossos dizeres não são particulares. A partir de então, o interdiscurso é um dos pontos que auxilia a entender como os nossos dizeres, através da linguagem, estão atrelados por uma historicidade, uma memória, na qual é possível identificar os pensamentos sócio-políticos e ideológicos dos sujeitos.

Orlandi (1999, p. 33) faz uma explicação precisa que ajuda a entender esse conceito:

É preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras.

Então, podemos concluir que no interdiscurso, as condições de produção, a historicidade, são indispensáveis para a compreensão do que foi dito. Essas reflexões, tornam visível que os efeitos de sentidos dos enunciados expõem os espaços e conflitos sociais do sujeito.

3. SOBRE O FEMINICÍDIO

Quando se fala em feminicídio, fica subtendido no inconsciente dos sujeitos, que o assunto se refere as mortes das mulheres. É um assunto que gera polêmicas nas diversas plataformas das mídias digitais, principalmente, entre os grupos feministas, e também em jornais e noticiários televisivos. Ou seja, abordar o feminicídio não é apenas descrever os delitos feitos contra a mulher, mas discutir a relevância e o alerta que tais casos carregam. Atualmente, o número de casos de mulheres violentadas é crescente, o que não pode ser ignorado ou tratado como “mais um delito” ou um “crime passional”.

É um processo histórico e cultural que vem desde a época do Brasil Colônia, na qual houve um período em que o homem poderia ordenar ou cometer castigos corporais nas mulheres que estavam com suspeitas de adultério. O código civil de 1916, mais conhecido como o *Código Beviláqua*, entrou em vigor e ficou até o ano de 2006. A mulher era totalmente dependente do marido e precisava de sua autorização para realizar tarefas sociais. Como afirma Dias (2005, p. 01),

[...] a sociedade da época, marcadamente conservadora e patriarcal. Assim, só podia consagrar a superioridade masculina. Transformou a força física do homem em poder pessoal, em autoridade, outorgando-lhe o comando exclusivo da família. Por isso, a mulher ao casar perdia sua plena capacidade, tornando-se relativamente capaz, como os índios, os pródigos e os menores. Para trabalhar precisava da autorização do marido.

A mulher foi inserida em um lugar no qual o homem tornava-a esposa, submissa as suas vontades, interferindo no seu espaço, silenciando sua condição como mulher. O direito ao voto também é um exemplo de como a mulher era invisível diante da sociedade, e quando as mulheres se colocavam em ambiente de fala, eram vistas como motivo de piadas, sofrendo discriminações. Esse aparato histórico, pode ser um dos motivos que naturaliza a violência nas relações entre o homem e a mulher.

Esses comportamentos masculinos justificam a construção de ideias de alguns homens que defendem os atos de agressões, por fazer parte do sexo oposto. Corroborando com essas ideias, Beauvoir (1967, p. 10) enfatiza a questão da inferioridade da mulher, quando afirma:

A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades", diz Aristóteles. "Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural". E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser "ocasional". É o que simboliza a história do Gênesis em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um "osso supranumerário" de Adão. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo.

Essas atitudes masculinas fizeram com que fossem discutidas nos estudos de gêneros e debatidas como uma das causas que levam à agressão contra a mulher. É um problema que atinge não só a mulher, mas a sociedade, isto é, mesmo a relação pertencendo ao marido e à mulher, o sujeito que testemunha esses tipos de agressões e conseqüentemente um suposto caso de feminicídio, deve realizar uma denúncia, para que casos como esses não venham à tona.

Partindo desse percurso histórico que submete a mulher como um sujeito inferiorizado, a questão da criminalização do feminicídio no Brasil insere-se desde os anos noventa, reconhecendo a violência contra a mulher como um delito a parte. Ou seja, antes a violência era baseada no gênero, ignorando os direitos humanos que as mulheres deveriam ter. Esse termo denomina os assassinatos de mulheres cometidos por questões de gênero.

Em 1976, quando Diana Russel utilizou desse termo para referir-se a morte de mulheres pelo fato de ser apenas mulheres, foi visto apenas como casos de homicídios. Só após algumas discussões, casos de mulheres que foram violentadas fisicamente, psicologicamente; torturadas, abusadas, assediadas, entre outros meios que ocasionem a morte da mulher, foram considerados como feminicídios. O feminicídio é definido pela morte das mulheres por questões de gênero.

Segundo Gebrim e Borges (2014, p. 221):

O feminicídio não é apenas uma violência exercida por homens contra mulheres, mas por homens em posição de supremacia social, sexual, jurídica, econômica, política, ideológica e de todo tipo, sobre mulheres em condições de desigualdade, de subordinação, de exploração ou de opressão, e com a particularidade da exclusão.

Ainda sobre essa temática, Brito (2017, p. 188) afirma que:

Sucintamente, o femicídio/feminicídio decorre de condições socioculturais históricas, que geram e permitem práticas atentatórias contra a vida, a saúde, a integridade, a dignidade e a liberdade da mulher, para as quais contribuem não somente os autores da sociedade (família, matrimônio, comunidade), mas também o Estado, por meio de sua omissão, ineficácia, negligência na prevenção, deficiência na investigação, ausência de repressão e de um quadro legal e político de governo, que favoreça a visibilidade da violência contra as mulheres e o fim da impunidade, do silêncio e da indiferença social.

A presença de determinados contextos e situações são fatores para essas práticas culturais de violência contra as mulheres. Sendo assim, justificativas como traição, agressões sexuais, violência física, moral, entre outros, acabam sendo acontecimentos que põem as mulheres numa posição inferior ao gênero masculino.

Os discursos proferidos, tanto pelos agressores, como por uma parte da sociedade, alegam que os delitos cometidos são “normais” ou provocados pela própria companheira, apontando a vítima como causadora e incentivadora do caso. Esses agressores se justificam de acordo com cada caso, que vai daqueles que testemunham a traição, recebem o pedido de divórcio, até os que possuem uma situação socioeconômica superior ou inferior. A mulher, então, aparece num cenário em que, além de sofrer a crueldade da violência, é apontada como culpada, subordinada e desqualificada.

Logo, o agressor que infringe a lei e a integridade da vítima, mantendo-a como objeto descartável, provoca futuros problemas físicos e psicológicos. Profissionais da saúde afirmam que a violência traz prejuízos à saúde mental e pode provocar transtornos mentais. De acordo com Schraiber & D'Oliveira (1999), as mulheres vítimas de violência possuem mais chances de serem diagnosticadas com ansiedade, fobia, insônia, depressão, etc.

No dia 09 de março de 2015, a Lei 13.104/2015 decretou o feminicídio como um crime qualificado de homicídio, para ser punido de forma mais severa. Antes dessa Lei, não havia punições do homicídio praticado contra as mulheres.

A Lei promulga que:

VI – contra a mulher por razões da condição do sexo feminino:
 §2º-A considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:
 I – Violência doméstica e familiar;
 II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
 A pena prevista para o homicídio qualificado é de 12 a 30 anos de reclusão. Ainda, a Lei 13.104/2015 previu a causa de aumento de pena em seu parágrafo 7º:
 §7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:
 I – durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;
 II – contra pessoa menor de 14 (quatorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;
 III – na presença de descendente ou ascendente a vítima.
 Por fim, a Lei do Feminicídio, alterou o inciso I do art. 1º da Lei n. 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos), que passou a vigorar com a seguinte redação:
 Art. 1º

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só a gente, e homicídio qualificado (art. 121, §2º, I, II, III, IV, V e VI)

Essa Lei trouxe benefícios para as mulheres, assegurando seus direitos e diminuindo a discriminação à condição da mulher. Mas, mesmo com esse avanço, há algumas considerações que são contra essa discussão. A maioria das pessoas que estão a favor da Lei, afirmam que as mulheres são assassinadas por condições divergentes dos homens, violando a sua morte apenas como um mero homicídio, isto é, de forma neutra. Este fato esconde, de fato, o crime grave cometido por essas vítimas. Contraponto essa perspectiva, aqueles que possuem opiniões contrárias alegam que essas medidas adotadas não se resolvem com aumento de penas e nem intimidam o agressor, pelo contrário, fariam despertar o desejo de vingança do agressor, após sua prisão. O Brasil foi 16º país a adotar uma lei que protege as mulheres. Segundo estudos realizados, é um dos países em que mais ocorre esse tipo de crime. A criação dessa Lei foi essencial, já que fornece uma maior visibilidade à temática.

A tipificação do feminicídio ocasiona uma rede de debates, em sua maioria, a favor do combate à violência contra a mulher, exemplificando as várias dimensões desse problema que ainda é bastante vivenciado e afeta a sociedade. O feminicídio é intolerável e a compreensão desses casos faz com que haja uma mudança no quadro dessa situação, mas não descarta a ideia que necessitamos de mais políticas que assegurem a segurança das possíveis vítimas.

3.1 A LEI MARIA DA PENHA

Devido ao fato de a mulher ser desvalorizada e não poder optar por suas próprias escolhas ou de simplesmente não ter tido uma lei que a defendesse de uma agressão, no ano de 2006, foi criada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), com o intuito de proteger essas mulheres, proibindo a violência doméstica e, conseqüentemente, reduzindo o número de vítimas.

A Lei teve repercussão na sociedade, representando e preservando a integridade feminina. A vida de muitas mulheres, que antes eram ignoradas, ganhou uma lei que as protege, criando meios de atendimentos humanizados. Além disso, a Lei reconhece que a violência doméstica e familiar viola os direitos humanos, considerada como um crime. É um ponto de partida para melhoria e, conseqüentemente, para a igualdade de gênero.

O Congresso Nacional decretou que:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Art. 2º O Capítulo III do Título III da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 12-C:

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

I - pela autoridade judicial;

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.

Art. 3º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 38-A:

“Art. 38-A. O juiz competente providenciará o registro da medida protetiva de urgência.

A Lei foi criada após a denúncia de uma mulher, Maria da Penha Maia Fernandes, relatar diversas agressões que sofria do seu marido. Seu caso foi considerado grave, já que em uma dessas agressões ele a deixou paraplégica, e quase morta. Como reconhecimento, foi nomeada a Lei com seu nome, para representar a violência doméstica e familiar sofrida pelas mulheres. A partir de então, o poder legislativo e o combate à violência contra as mulheres ganharam espaço e voz diante das mídias.

No contexto Brasileiro e Paraibano, algumas das mulheres agredidas temem fazer a denúncia, pois sofrem ameaças do companheiro ou do violentador. A sociedade pode ajudar, acolhendo a vítima, realizando uma denúncia anônima ou, até mesmo, aconselhando que esse fato se trata de um crime e o autor deve ser punido. A mulher violentada pode procurar a delegacia da mulher, procurar um apoio psicológico, ir até à defensoria pública que será encaminhada ao apoio jurídico e, nos casos de urgência, fazer a própria denúncia pelo telefone no disk 180/190. Com todos esses meios, a mulher pode sair da situação de perigo.

A violência doméstica é outra questão polêmica. Por se tratar de uma violência dentro da própria casa, de ser um fato oculto, ou seja, a sociedade não presenciar, entende-se e fortifica a seguinte afirmação: “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher.” Esse ditado popular, carrega tabus e preconceitos relacionado à mulher e a violência contra ela. Por esse e outros ditados que são ditos no nosso cotidiano, são desencadeados muitos problemas, dentre elas, a agressão física/psicológica da mulher, resultando, na maioria das vezes, em feminicídio. Atualmente, esse ditado pode ser desconstruído: “Em briga de marido e mulher se mete a colher, sim!”

Difícilmente uma mulher que sofre agressões e está sujeita a ser vítima de seu companheiro consegue sair desta situação sozinha, ou seja, é preciso um apoio externo. A maioria das mulheres devido às condições sociais e financeiras, não tem a quem recorrer, ou, depende financeiramente do marido, optam por silenciar suas agressões. Porém, isso não quer dizer que elas estejam a favor do agressor, nem fornecendo consentimento para as atitudes do companheiro. Diante disso, a sociedade precisa compreender que é necessário intervir nesses casos e desmistificar os ditados populares.

Por mais que o agressor que feriu a vítima use tais afirmações, como: “Porque eu sou homem”; “Você não manda”; “Você me desobedeceu”; “Eu te amo, mas não me controlei”; “Foi só dessa vez, prometo”, são causas que os sujeitam como apenas homens machistas/egoístas, mas de maneira nenhuma elas venham a justificar seus crimes.

Como foi discutido, a violência contra a mulher é um problema cultural, e por vivenciarmos em uma sociedade patriarcal, a ideia de que a mulher tem que se submeter ao homem, gera no violentador o poder de agredi-la. Assim, o homem que pratica a violência contra a mulher se considera como um ser superior.

Acreditamos que a misoginia é um dos principais fatores que acarretam a violência e objetificação das mulheres. A palavra misoginia surgiu do grego *misogynia*, ou seja, a união das partículas “*miseó*”, que significa ódio, e “*gyné*”, que se traduz como mulher (CUNHA, 2007, p. 386, 524). Esse conceito exemplifica que o ódio e aversão às mulheres podem ser manifestados de diferentes formas: agressões físicas/psicológicas, sexuais, perseguições, resultando, muitas das vezes, em casos de feminicídio. Fatores como esse não surgiram na atualidade, mas compreende-se que surge pela ideologia e essência de cada sujeito.

De acordo com Moterani e Carvalho (2016, p. 168):

A misoginia desenvolveu-se em muitos diferentes níveis, conforme explica Holland (2010): desde o mais elevado plano filosófico nas obras dos pensadores gregos, que contribuíram para configurar a forma como a sociedade ocidental pensa o mundo, nas ruas de Londres do século XIX e também nas rodovias de Los Angeles, onde assassinos em série deixaram um rastro de cadáveres de mulheres torturadas e mutiladas por onde passaram. Ademais, citam-se os ascetas cristãos do século III, a caça às bruxas no final da Idade Média (em que centenas de milhares e até milhões de mulheres foram queimadas na fogueira), até os governantes Talibans do Afeganistão (do final do século XX); verifica-se em todas essas Aveso do avesso v.14, n.14, p. 167-178, novembro 2016 169 culturas citadas a característica de dirigir a ira contra as mulheres e a sexualidade delas. Ainda considerando a contemporaneidade, pode-se observar que a misoginia tem sido expressada por grandes e renomados artistas e celebrada nas obras mais ínfimas e vulgares da pornografia moderna. A história da misoginia é a história de um ódio único, perdurável, que une Aristóteles com Jack Estripador e o rei Lear com James Bond. (HOLLAND, 2010)

Esse conceito é histórico. A construção da imagem da mulher vem sido distorcida ao longo dos séculos acreditando, desde os gregos antigos, que eram seres inferiores, logo o homem ocupava um espaço maior, desfavorecendo os direitos que elas possuíam. Até hoje se perpetua a ideia que a mulher deve ser sempre direcionada ao lar e à criação dos filhos, sem ter as mesmas posições sociais dos homens, a mesma educação, e o mesmo direito de voz. Portanto, perceber que as formas discriminatórias contra a mulher, muitas vezes, são disfarçadas por discursos machistas, é um passo para censurá-las e impedir que se propaguem.

4. SOBRE O FACEBOOK

É inevitável não apontar as contribuições que o avanço da tecnologia fornece para a sociedade. A partir dela, temos acesso a diversos sites, estudamos, pesquisamos e usamos as redes sociais, formulando opiniões sobre determinados assuntos. A internet, por exemplo, proporciona trocas de informações, os sujeitos compartilham seus pensamentos e suas ideologias.

Conforme Calazans e Lima (2013), o percurso histórico da internet avançou a partir do século 70, quando o governo americano liberou a internet para as

universidades que realizavam pesquisas. A partir de 1990, os acessos a produtos tecnológicos ganharam espaço. Dessa forma, a internet progrediu rapidamente e se tornou o meio que as pessoas compartilham e viabilizam suas culturas, como parte do cotidiano das pessoas.

Nessa era de comunicação por diversos dispositivos, a mídia tornou-se a principal ferramenta que formula/cria opiniões, valores, diante de vários assuntos. Segundo Silva e Santos (2009, p. 2),

Ela surge como um novo fenômeno que invade a todos, que arquiteta, numa sociedade mediada, uma cultura midiática. A cultura da mídia vigente na sociedade se aspira dominante, estabelecendo formas e normas sociais, fazendo um grande número de pessoas enxergar o mundo por suas lentes, seus vieses. Utilizada como instrumento de manipulação a serviço de interesses particulares, reordena percepções, faz brotar novos modos de subjetividade, o que traz vantagens e/ou desvantagens, tanto no aspecto individual como no aspecto social. A mídia, com todas as suas ferramentas, hoje, detem o poder de fazer crer e ver, gerando mudanças de atitudes e comportamentos, substituindo valores, modificando e influenciando contextos sociais, grupos, constituindo os arquétipos do imaginário, criando novos sentidos simbólicos como árbitros de valores e verdades.

Neste sentido, a mídia pode ser considerada como uma das maiores fontes de informações que a população possui, ocupa como um dos lugares principais para a formação de discursos. Isto é, a mídia por ser uma ferramenta pública, as pessoas podem circular seus discursos, influenciar aqueles que ainda não possuem uma opinião formada, ou até manipular os indivíduos que não possuem conhecimento sobre o assunto circulado. Logo, a mídia é considerada como fonte de poder.

No processo de transformações tecnológicas e de comunidades virtuais, diversas redes sociais foram criadas, como o *Facebook*, rede social responsável por colaborar os estudos dessa pesquisa. Segundo Correia e Moreira (2014) a rede surgiu após a relação que obteve pelo surgimento do *Facemash*, divulgado em 2004 através de Mark Zuckerberg e seus colegas Andrew McCollum, Chris Hughes e Dustin Moskovitz. Essa rede permitia que os internautas votassem nas pessoas mais atraentes, através de fotografias postadas. O *Facemash* foi desativado pela administração de Harvard, já que violava as regras de segurança da Universidade. A partir desse fato, Mark Zuckerberg aproveitou o projeto do *Facemash* e desenvolveu um website, que consistia em armazenar uma coletânea de 500 imagens da época do Renascimento, com isso era possível que os alunos dessa disciplina tivessem acesso e gerassem comentários acerca do que viam. Esse percurso fez com que Zuckerberg ganhasse espaço com seus projetos e lançasse, oficialmente, em fevereiro de 2004, o *TheFacebook*. A rede, ao longo do tempo começou a ser elogiada e expandida para outras pessoas.

Após compartilhar com seus colegas o *website* criado, a rede se expandiu para outros centros acadêmicos da região. Mark Zuckerberg foi o primeiro presidente do *The Facebook*. No ano de 2005, decidiram mudar o nome para *Facebook*, o que permitiu mais acessos e conseqüentemente mais números de usuários.

Com o passar dos anos, a rede foi evoluindo e fornecendo outros recursos aos usuários, incluindo a opção de comentar ou fazer *posts* compartilhados com o mundo. Hoje, o *Facebook* possui cerca de 500 milhões de internautas, disponíveis com mais de 70 línguas, com credibilidade junto a outros sites ou empresas que operam como meio de divulgação e comercialização de produtos. Desde então, o

Facebook vem tornando-se uma grande rede social e alcançando milhares de interações sociais.

Por outro lado, algumas opções fornecidas pela rede social fizeram com que uma porcentagem de pessoas a utilizem de maneira inadequada. Isto é, compartilham notícias, fotos, ou geram comentários que infringem a lei, a ética e a moral. Com os casos de feminicídios, esse fator não se diferencia. Algumas páginas, ao compartilharem tais agressões, permitem que os internautas e seguidores comentem suas opiniões, gerando confrontos via internet.

Ter acesso às redes sociais, especificamente ao *Facebook*, não é difícil, pelo contrário, todos os dias novas tecnologias fornecem fácil acessibilidade da rede. Quando o sujeito decide inserir-se nesse meio, ele cria um perfil que pode ser pessoal ou de caráter comercial/divulgação. Hoje, o *Facebook* fornece diversas opções de compartilhamento e interação, como criar páginas, criar grupos (que podem ou não ser de viés público), além de fazer associação com outras mídias sócias, como *Instagram*. Essa abordagem leva a compreender que qualquer pessoa que aceite os termos da mídia, pode fazer parte desse meio.

Nem sempre os usuários atendem as diretrizes impostas pelo *Facebook*. Isto é, acabam violando algumas regras, e compartilhando mensagens, fotos, vídeos de casos que podem levar a criminalidade. Atualmente, com ajuda do avanço tecnológico, a ferramenta consegue identificar postagens inadequadas para permanecer na rede. O resultado disso pode ser a exclusão da postagem ou até da conta do usuário. Os internautas também podem denunciar e facilitar para que não haja mais acessos e compartilhamentos do *post*.

Mesmo com essas contribuições, a circulação das postagens podem ser compartilhada e ter uma proporção. Esses casos acontecem, principalmente, em páginas de caráter jornalístico ou em contas anônimas. Quando uma página de viés jornalístico posta um caso, a opção de comentar, em sua maioria, acaba sendo alvo para alguns comentários que distorcem a notícia ou expõem discursos divergentes. Hoje, a ferramenta ainda utiliza a opção de curtir o comentário, o que dá entender que quanto mais curtidas o comentário possui, mais pessoas concordam com o que foi dito pelo sujeito, facilitando a proporção da visualização do mesmo.

Segundo Recuero (2014, p. 7),

Curtir uma informação, assim, parece ter uma série de funções conversacionais. É vista como uma ação positiva, no sentido de gerar valores de capital social e agregar esses valores à relação entre os atores envolvidos. Curtir é também legitimar a face e apoiar a mensagem (e aquele que a divulgou), no sentido que Goff Man (1967) propõe. Não apenas recebe-se um reforço da aceitação da face, como também manifestações que são compreendidas como reforços de capital social reconhecendo a relevância, a importância e o apoio àquilo que foi publicado.

A ferramenta guia os processos de conversação, tornando possíveis as interações entre pessoas de vários lugares, e, nesse sentido, “curtir” o comentário torna-se um meio mais discreto de concordância ao discurso do sujeito.

O botão de compartilhar também está inserido nesse processo de conversação e viabiliza a circulação de uma determinada informação, gerando uma rede de discussão. Além, disso, essa opção pode reforçar a postagem, dando credibilidade à informação publicada. Os comentários são o meio mais eficaz para as práticas de conversação, já que fornecem uma participação entre o usuário que postou e os internautas que o seguem. Esse engajamento de comentários torna o sujeito mais visível e passível a receber críticas, fazendo com que alguns desistam

de comentar e apenas utilizem o botão de curtir para defender uma afirmação. É perceptível o quanto os usos dessas ferramentas acabam evidenciando o autor da postagem/comentário.

5 DISCURSO DO FEMINICÍDIO NO *FACEBOOK*

Estudar os diversos discursos não é tão simples como imaginamos, mas é de extrema relevância para as pesquisas atuais, uma vez que é a AD que analisa a estrutura textual e as diversas formações ideológicas presentes.

Para compreender um texto, o leitor, primeiramente, precisa absorver o seu sentido. Dessa forma, o autor que escreve suas ideias fornece seu conhecimento, construindo de forma clara o seu discurso. Assim, observamos que em diversas situações do nosso cotidiano, os sujeitos pensam e formulam diversas opiniões acerca de um mesmo tema, isto é, cada pessoa constrói um sentido, de acordo com a realidade social ou política que está inserido. Os discursos não são fixos, eles passam por variáveis mudanças. Uma palavra, por exemplo, pode ter vários sentidos de acordo com o lugar socio-ideológico do sujeito que a pronuncia.

No discurso, é necessário sair da materialidade linguística e direcionar-se para outros campos, fazendo com que se perceba o que está entre o dizer e a língua, compreendendo a exterioridade do discurso. No geral, para compreender os discursos, é necessário ter conhecimento acerca do assunto.

O discurso define os sujeitos, de acordo com suas ideologias. Nesta perspectiva, por meio dos *prints* selecionados, é possível visualizar o discurso que o *facebook* permite aos usuários da rede, e como a temática perpetua, por mais que retratem o mesmo acontecimento, levando em conta a discursividade de cada sujeito e os efeitos de sentido que produzem. É preciso reconhecer que existem várias maneiras de violência, antes mesmo da criminalização, isto é, o feminicídio de fato. A violência consiste, inicialmente, em ser verbal, mas acaba se estendendo para violência física. A partir dos *prints*, é notável que essa prática atinge todas as mulheres, de faixas etárias, de posições e etnias sociais diferentes.

Nessas situações comunicativas, é possível reconhecer como a sociedade organiza os recursos verbais e visuais para expressar as interações. Quando os internautas se posicionam perante o *facebook*, utilizam várias semioses voltada a sua escrita e conseqüentemente às ideologias, nas quais acreditam. O recurso de comentários que a rede social oferece é a forma ideal para expressar as posições sociais de forma visual (pela curtida, *emojis*, figurinhas, imagens) e verbal.

Nessa linha de raciocínio, o leitor do *post* precisa refletir como esse espaço do discurso se dá, e como o poder dessas notícias repercute por meio das mídias em que as ideologias dos sujeitos envolvidos são reveladas pelo discurso. Assim, quando as pessoas se conectam à Internet e seus recursos, automaticamente fazem parte do universo em que há uma troca de interação entre um sujeito e outro. A cada interação que é feita, é expressado um ponto de vista diferente, uma ideia nova. Essas conversações entre os internautas fazem com que surjam novos impactos, amplificando para outros grupos e páginas existentes.

Considerando o que foi mencionado, analisaremos 3 postagens e os seus receptivos comentários da página do Blog Márcio Rangel:

Postagem 1 - Mulher morta a tiros em Brejo do Cruz.

Blog do Márcio Rangel
@blogdomarciorangel

Página inicial

Publicações

Acesse o Blog

Fotos

Sobre

Vídeos

YouTube

Comunidade

Curtiu Seguindo Compartilhar

Mulher que chamava homens de "cornos" no WhatsApp é morta a tiros em Brejo do Cruz/PB

29 de agosto às 21:20 · 🌐

Uma mulher que costumava enviar áudios para grupos de WhatsApp relatando supostas traições de mulheres da cidade de Brejo do Cruz, no Sertão da Paraíba, e chamando homens de "cornos" foi morta a tiros na Paraíba [redacted] nha 32 anos e foi assassinada na segunda-feira (26) quando chegava em casa. Ela estava de moto na rua onde morava quando foi atingida pelos disparos. Testemunhas relataram ter ouvido seis tiros.

Acesse www.blogdomarciorangel.com.br e confira esta matéria na íntegra

Foto: Reprodução / Redes Sociais

#blogdomarciorangel #lideremcampina #jornalismo #webjornalismo #noticias

Fonte: <https://www.facebook.com/blogdomarciorangel/posts/1627568024045179>

Na Postagem 1, temos a publicação do dia 29 de Agosto, de um caso que ocorreu com uma mulher que foi morta a tiros em Brejo do Cruz, na Paraíba. De acordo com as investigações, esse homicídio foi cometido pelo fato de ela mandar áudios em grupos do *Whatsapp*, em que relatava supostas traições cometidas pelas mulheres dos homens que os chamava de "cornos". Essa postagem não foi bem recebida pelos internautas que comentavam a publicação, criticando e desdenhando da postura da vítima, como podemos observar a seguir.

Comentários do post 1



Fonte: <https://www.facebook.com/blogdomarciorangel/posts/1627568024045179>

Observando os comentários da Postagem 2, identificamos que a maioria dos comentários criticam a vítima através de zombarias e piadas. O primeiro e quarto comentários são exemplos disto. Nesse caso, os sujeitos propõem que a mulher deveria ter silenciado diante dos casos de traições, e ao mesmo tempo justificam este homicídio como culpa da vítima. Através de ditados populares como: “Cutucou a onça com vara curta” manifestam a culpa da vítima que foi ridicularizada por meio de deboches e desprezos. Casos como esses são mais comuns do que se possa imaginar. Muitas mulheres são agredidas e mortas, pelo simples fato de serem apontadas como “pessoas que gostam de falar mal da vida dos outros”. Nesse viés, o discurso não se enquadra com o que de fato a realidade nos apresenta, vimos que há mais casos de homicídios relacionado ao gênero feminino do que o masculino.

Nessa perspectiva, o posicionamento dos sujeitos que criticam a vítima faz com que compreendamos que o discurso é o resultado das relações entre o sujeito e os outros. O diálogo e as trocas de opiniões justificam que o sujeito carrega todas as vozes que a precederam, caracterizando/enraizando seus discursos. A teoria que a linguagem está sempre em movimento cabe nesse posicionamento, já que o interdiscurso desses sujeitos manifesta como esses dizeres e suas interpretações funcionam como produtores de sentidos.

As ações discursivas desses sujeitos apontam suas ideologias e no que acreditam. Quando utilizam os ditados populares para justificar os crimes cometidos, expressam uma rede de efeitos de sentidos. Essa compreensão, por sua vez, pode implicar uma série de interpretações pelos sujeitos. A neutralidade deixa de existir em situações como essas. Explicitamente, ao realizar a leitura desses comentários, as condições de produções são essenciais para esclarecer como os contextos colocados pelos sujeitos dissertam sobre o caso.

Para Orlandi (2002), o dizer não é particular do próprio sujeito, que carrega no seu discurso algo dito em outro lugar. E o que é dito não se pode ter o controle

sobre o modo pelo qual os sentidos são constituídos. Isto é, ao identificarmos que elementos como o posicionamento ideológico, a historicidade dos discursos e a memória discursiva, deduzimos que boa parte do que foi dito pelos internautas já existe entre o interdiscurso e o intradiscurso.

O interdiscurso manifesta o que já foi dito por um sujeito. Nesse caso, o ditado popular: “Cutucou a onça com vara curta” representa uma fala/voz sem nome, ou seja, o internauta replicou algo dito por alguém, que representasse sua posição ideológica sobre o caso. Nesta situação, não existiu um debate de argumentos, grande parte dos internautas concordaram com o que já tinha sido dito pelos primeiros comentários.

Postagem 2 - Mulher é morta pelo ex-companheiro em Campina Grande/PB



The image shows a Facebook post from the page 'Blog do Márcio Rangel'. The post is titled 'VIOLÊNCIA: mulher é morta a facadas pelo ex-companheiro em Campina Grande/PB' and was posted on September 2nd at 07:55. The text of the post describes a woman being killed by her ex-husband in Campina Grande, Paraíba. It mentions that the suspect was caught in the act and that the woman had four children and was in a difficult financial situation. The post also states that family members confirmed that two children saw their mother being killed by the man, who was then arrested by witnesses using a knife used in the crime.

Fonte: <https://www.facebook.com/blogdomarciorangel/posts/1630468530421795/>

Na Postagem 2 visualizamos outro caso de feminicídio. Desta vez, na cidade de Campina Grande/PB, do dia 2 de setembro. Pelas investigações criminais, o suspeito do crime foi o ex-companheiro da vítima. Eles vivenciaram um relacionamento conturbado, em que a mulher diariamente discutia com o suspeito e exigia seus direitos, como a pensão alimentícia dos seus filhos. Essa postagem, ao contrário da Postagem 1, obteve uma recepção maior a favor da vítima, como podemos observar nos comentários da Postagem 2:

Comentários do post 2

A impressão que dá é que a violência contra a mulher tem aumentado na proporção em que crescem o número de dispositivos legais que a "protegem". O que nos dá a certeza de que falta efetividade no cumprimento das sanções!

Curtir · Responder · 3 sem

Meu Deus! Qta tristeza cada dia o índice de violência contra a mulher aumenta, a lei teria que ser mais rigorosa em relação a esses crimes, uma mãe que só queria o direito dos filhos e foi brutalmente assassinada, Que Deus tome conta dessas crianças e a dor da avó que perdeu um pedaço dela, lamentável.

Curtir · Responder · 3 sem

Maioria das mulheres comentam, "quando isso vai parar" eu respondo, nunca! Esse comportamento é cultural, principalmente no NE ou vcs acham que o governo irá colocar um policial em cada casa para apartar briga de casal ou crimes de feminicídio? A dica que eu dou e não vou cobrar nada é, escolham melhor seus companheiros e parem de ter pencas de filhos. Pronto falei.

Fonte: <https://www.facebook.com/blogdomarciorangel/posts/1630468530421795/>

O primeiro e o segundo comentários defendem que o homicídio cometido à mulher, não provém dos dias atuais, é algo histórico. Nos comentários como: "A impressão que dá é que a violência contra a mulher tem aumentado na proporção em que crescem o número de dispositivos legais que a 'protegem', " os sujeitos se utiliza desse argumento para expressar sua indignação e dúvida do porquê ainda acontecer esses feminicídios, mesmo com a publicação de Leis que protegem as mulheres.

O terceiro comentário se opõe aos demais, o que é comum, já que a partir do momento, em que o sujeito posiciona suas opiniões acerca da temática, automaticamente apresenta um comportamento diferenciado diante das decisões que devem tomar, propondo diversas soluções para que a mulher não seja violentada. Para Brandão (2012), a linguagem é um lugar de conflitos, de confrontos ideológicos, o que torna o discurso uma interação em que a linguagem dos sujeitos não é neutra e inocente.

O sujeito do terceiro comentário acredita que casos como esse podem ser diminuídos pela escolha das mulheres. É um discurso oculto, mas extremamente crítico. Justificar as mortes pelas escolhas das vítimas, é um dos motivos que enraízam a ideia de que existe "agentes justificáveis" para que esse crime seja cometido.

Observamos que, através dos discursos, o campo de conflitos é comum, principalmente quando a ferramenta dos comentários possibilita aos seus usuários, manifestar suas diferenças ideológicas. Com essa diferença, conseqüentemente, há embates no social e no linguístico. Essas diferenças entre as posições dos sujeitos, que caracterizam seus embates é o que Fernandes (2008) define como ideologia.

Podemos constatar essa afirmação de Fernandes (2008) nas posições divergentes entre o segundo e o terceiro comentário, em que há coexistências de diferentes discursos, o que implica dizer que existem diferentes ideologias. O

internauta do primeiro comentário, ao expor seu argumento, fez com que iniciasse uma discussão sobre o tema, abrindo espaço para que os outros indivíduos participassem do debate. Assim, os sentidos apresentados são sempre marcados ideologicamente, ou seja, o que foi dito carrega um traço ideológico em relação a outros.

Postagem 3 - Homem mata a esposa e depois tira a própria vida em Areia/PB



Blog do Márcio Rangel

AREIA/PB: após ter sido denunciado por estupro, homem mata a esposa e depois tira a própria vida




Na noite desta quarta-feira (02), mais uma tragédia foi registrada na cidade de Areia, região do Brejo do estado. Após ter sido denunciado pela própria enteada, por suspeita de prática de estupro, um agricultor assassinou sua companheira e depois teria cometido suicídio.

O caso ocorreu na zona rural do município e de acordo com os primeiros levantamentos da polícia, foi praticado há cerca de três dias.


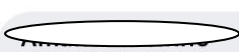
Fonte: <https://pt-br.facebook.com/blogdomarciorangel/photos/areiapb-ap%C3%B3s-ter-sido-denunciado-por-estupro-homem-mata-a-esposa-e-depois-tira-a/1658847500917231/>

A postagem 3 apresenta um caso que ocorreu na cidade de Areia/PB, na zona rural do município. O post publicado no dia 03 de outubro, relata que o agressor assassinou sua esposa e, em seguida, cometeu o suicídio. Acontecimentos como esses são bastante recorrentes, quando investigamos casos de feminicídios na área criminal. Grande parte dos suspeitos cometem suicídio após matar suas companheiras. A seguir, veremos como os seguidores da página receberam a notícia.

Comentários do post 3


  Meu senhor e meu Deus misericórdia.  1


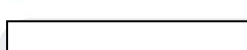

14 h Curtir Responder Mais

  O que será que o ser humano esta pensando da vida???


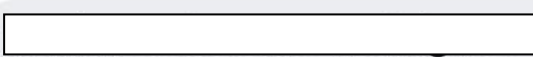
Misericordia Senhor, Deus tenha piedade!

15 h Curtir Responder Mais

 respondeu · 3 respostas

  Misericórdia! 😞 QUE Deus Coloque Ela em Um bom Lugar ! Uma Pessoa Maravilhosa,O Coração enorme ! 😞 Meus Sentimentos A Toda família 😞  1

14 h Curtir Responder Mais

  Hoje em dia as mulheres não passa sem homem arrumam qualquer porcaria aí da nisso

15 h Curtir Responder Mais

Fonte: <https://pt-br.facebook.com/blogdomarciorangel/photos/areiapb-ap%C3%B3s-ter-sido-denunciado-por-estupro-homem-mata-a-esposa-e-depois-tira-a/1658847500917231/>

Conforme o que vimos na Postagem 3, grande parte dos comentários gerados nessa postagem são de caráter positivo, a favor da vítima. No contexto social, esses discursos que carregam uma ideologia por meio de crenças/doutrinas repercutem de maneira constante. Essa repercussão não se dá apenas pelo fato de expressar seus valores e crenças, mas como esses discursos que envolvem doutrinas são carregados de uma ideologia cristã, ou seja, o sujeito é interpelado por outro, notoriamente um sujeito superior. As condolências manifestadas pelos internautas, amenizam o quão grave são essas situações vivenciadas pela sociedade nos dias atuais.

As práticas discursivas apresentadas revelam que o sujeito é interpelado pela sua ideologia, no que acredita. A religião constitui muitos dos preceitos usados pelos sujeitos, em que na relação entre Deus e o homem resulta uma série de significações. Por isso, ao observar e refletir esses recursos linguísticos utilizados pelos internautas sobre o caso, faz com que compreendemos as formações

discursivas e ideológicas. Comentários como: “Meu senhor e meu Deus misericórdia”, “Misericórdia Senhor, Deus tenha piedade!” são constituídos por uma ideologia cristã. Essa ideologia permite a ideia de que eles são assujeitados pelos valores pregados.

Em suma, essa ideologia cristã certifica que o indivíduo usa seus discursos para expressar sua ideologia, como também, podem ser interpelados por outros dizeres. Para Orlandi (2000, p. 17), a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua. Logo, as palavras que proferimos produzem diversos sentidos para os sujeitos. Nessa perspectiva, confirma-se a teoria que o sujeito não pode ser visto como um indivíduo individualizado, isto é, os sujeitos constantemente se opõem, com suas ideologias distintas.

O último comentário chama bastante atenção. Esse comentário foi gerado por uma internauta, do gênero feminino, que manifesta sua opinião acerca do que vem acontecendo às mulheres. O enunciado: “Não passa sem homem arrumam qualquer porcaria aí dá nisso” faz com que compreendamos que as próprias mulheres fornecem motivos para o feminicídio seja cometido. Diferente do que muitos pensam, argumentos como esses são gerados constantemente nas redes sociais, sujeitos que lutam pela igualdade de gêneros e direitos. No entanto, muitos não levam em consideração que a maioria dos acontecimentos de violência e homicídio contra as mulheres são acarretadas por diferentes motivos. Muitas dessas vítimas alegam que sofreram com a violência após um período com seu companheiro, ou quando decidiram tomar decisões sem suas permissões, o que torna o caso de risco e inadmissível para o papel da mulher. Diante das condições físicas ou financeiras que muitas vivenciam, são submetidas aceitar aquilo como “normal” ou “foi só apenas dessa vez”, principalmente quando seus companheiros as convencem que o que aconteceu não irá se repetir ou ameaçam para caso alguém saiba do que aconteceu.

Também existem casos em que os homens usam seus filhos como chantagem para que a mulher permaneça em um relacionamento totalmente abusivo e perigoso. Isto quer dizer que existem inúmeros casos que levam as mulheres a não enxergarem o que esses comportamentos podem causar, principalmente pelo medo e a pressão psicológica que muitas sofrem. Cada caso é um caso e não deve ser generalizado. Neste sentido, observamos que, muitas vezes, os comentários realizados em postagens de caráter informativo e jornalístico incentivam e propagam casos criminais pelo o que o sujeito compreende a ser justificável.

Esses discursos emergem suas significações determinando o modo de pensar dos sujeitos. O discurso não é compreendido da mesma forma pelos sujeitos. Nessas situações de debates entre os internautas. Observamos que os sujeitos revelam, mais uma vez, seus lugares socioideológicos, e com o emprego das palavras podemos fornecer aos internautas-leitores posições sociais nas quais estamos inseridos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos comentários selecionados, observamos que o *facebook* apresenta uma rede de diversas páginas que possibilitam estudos acerca de temáticas sociais e contribuem para conhecimentos sobre as materialidades linguísticas estudadas no campo do discurso. Na sociedade contemporânea, a mídia tem poder nas práticas discursivas e pode se propagar para formação de novas identidades. Através do *facebook* e suas funções, os sujeitos manifestam seus

discursos e conseqüentemente suas ideologias. Essas ferramentas constituem o sujeito moderno, fazendo com que ele se aventure em seus discursos, expressando seu ponto de vista diante do feminicídio, expressando sua identidade ideológica.

Em nossa pesquisa, a utilização da temática feminicídio possibilitou identificarmos aspectos que caracterizam os discursos divergentes sobre o assunto. As violências contra as mulheres compreendem um amplo leque de agressões de caráter físico, psicológico, sexual e patrimonial que pode culminar com a morte por homicídio, fato que tem sido denominado de feminicídio. Nesse sentido, os discursos presentes nos comentários do *facebook* possibilitaram conhecer discursos machistas de sujeitos sociais, carregados de visões misóginas acerca das mulheres assassinadas.

Os cenários onde ocorrem os feminicídios possibilitam compreender os seus determinantes, alguns conhecidos de longa data, outros emergentes na atualidade. Os mais conhecidos e estudados são os cenários familiares e domésticos, uma vez que a família em sociedades patriarcais confere todo o poder ao homem, e nas relações entre parceiros íntimos as mulheres são consideradas propriedade dos maridos, namorados, companheiros. Percebemos que as ideologias manifestadas pelos discursos dos internautas, revelaram visões machistas e cruéis sobre as mulheres. Historicamente, a ideia da mulher se submeter ao homem, considerada um ser “frágil”, “do lar”, instaurada por preceitos antigos, faz com que muitos justifiquem seus atos através desses pensamentos. De modo geral, constatamos que a partir da linguagem e do uso de certos enunciados, foram manifestadas as ideologias dos sujeitos. As ideologias as quais denominamos de machistas procuram sempre subverter a culpa, justificando os casos de feminicídio.

Verificamos também que, com a implantação de Leis, houve uma diminuição do número de casos de violência e homicídio contra as mulheres. No entanto, mesmo com as Leis, o número de homicídios do Brasil é constante, visto como o quinto país em mortes violentadas de mulheres no mundo. É necessário que qualquer ato que agrida à integridade física e psicológica da mulher seja denunciada.

Dentre as postagens selecionadas, mais do que apresentar os discursos como uma prática social, refletimos como esses discursos são manifestados sob diferentes olhares, e principalmente como os sujeitos se posicionam diante de uma temática que gera um embate ideológico e discutível para o social.

Constatamos que o poder é perpetuado através dos discursos proferidos e que as linguagens utilizadas pelos internautas revelam implicitamente suas ideologias e sua formação como sujeitos participativos e críticos nas mídias digitais. O caráter patriarcal da sociedade mantém as desigualdades de poder entre homens e mulheres e segue considerando estas como propriedade dos primeiros, que pensam ter licença, portanto, para matá-las.

Finalmente, na medida em que todas e todos somos afetados pela violência contra as mulheres, é preciso que haja uma educação continuada que inclua a discussão dos casos na sua integralidade, o partilhar de experiências mesmo as mais dolorosas e, principalmente, a capacidade de manter viva a indignação, sentimento que ajuda a elaborar o mal-estar que nos atinge ao nos defrontarmos com as mortes prematuras e cruéis de mulheres. Que novas discussões sejam feitas sobre essa temática, com indicativos para o contexto educacional, como proposta a ser explorada no ensino, pois acreditamos que a escola é uma agência de educação e também um espaço para a formação de ideologias.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BEAUVOIR, Simone de. **Segundo Sexo**. A experiência Viva. Vol. 2: São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012.

BRAIT, Beth. Bakhtin e natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In.: __. BRAIT Beth (Org) **Bakhtin-** Dialogismo e Construção dos sentidos. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

BRITO, Cleudemir M. F. Violência de gênero: feminicídio. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 17, n. 32, p. 179-195, jan.-jun. 2017. Disponível em: < http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Cad-Dir_n.32.09.pdf > Acesso em: 09 de setembro de 2019

CALAZANS, Janaina de H. C; LIMA, Cecília A. R. **Sociabilidades virtuais: do nascimento da Internet à popularização dos sites de redes sociais online**. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-digital/sociabilidades-virtuais-do-nascimento-da-internet-a-popularizacao-dos-sites-de-redes-sociais-online> > Acesso em: 22 de outubro de 2018.

CAMPOS, Carmen H. de. Feminicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**. Porto Alegre. v.7, n.1, p.103-115, jun. 2015.

CORREIA, P. M. A. R.; MOREIRA, M. F. R. (2014). **Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve**. Alceu, [s.i.], v. 14, n. 28, p.168-187, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Pedro_Correia25/publication/315772803_Novas_Formas_de_Comunicacao_Historia_do_Facebook_-_Uma_Historia_Necessariamente_Breve/links/58e3c3b90f7e9b123c7fdc23/Novas-Formas-de-Comunicacao-Historia-do-Facebook-Uma-Historia-Necessariamente-Breve.pdf > Acesso em: 08/09/2019

CUNHA, A.G. **Lexicon**: Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 2007.

DIAS, Maria B. **A mulher no Código Civil**. Juristas, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.juristas.com.br/colunas.jsp?idColuna=308>>. Acesso em: 09 de set. 2019

FERNANDES, Cleudemar A. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. ed. 2. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GEBRIM, Luciana M; BORGES, Paulo C. C. Violência de gênero: Tipificar ou não o femicídio/feminicídio? **Revista Informativa Legislativa**. Brasília: n. 202, p. 62, 2014.

MOTERANI, Geisa M.B; CARVALHO, Felipe M.d. Misoginia: A violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica. **Avesso do avesso**. v.14, n.14, p.167-178, 2016. Disponível em: <http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v14_artigo11_misoginia.pdf> Acesso em: 22 de setembro de 2019.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. ed. 4. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. E.P. Orlandi e outros. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, maio-agosto 2014.

SCHRAIBER & D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Violência contra as mulheres: interfaces com a saúde. **Interface comunicação, saúde, educação**. 1999, p. 11-26.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. ed. 23. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ellen F.G. da; SANTOS, Suely E.de.B. **O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade**. 2009.

SITES ACESSADOS:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm

https://www.facebook.com/blogdomarciorangel/?epa=SEARCH_BOX

AGRADECIMENTOS

Apesar dos grandes obstáculos ao longo dessa jornada acadêmica, com força e perseverança, estou alcançando mais uma conquista. Não poderia deixar de agradecer, primeiramente, a Deus, minha fonte de fé, que se faz presente em todos os momentos da minha vida. Graças às suas palavras e aos seus ensinamentos, busquei comprometimento para que essa pesquisa tenha sido realizada.

Aos meus pais, Madelon Mirtes da Silva e Rossi Gley Henriques de Lima, agradeço por todo apoio, educação e o amor que vocês me oferecem. As escolhas, e o período acadêmico foi doloroso e cansativo, mas eu consegui! Obrigado, por sempre me guiarem para o caminho do bem, ensinando que tudo deve ser feito com amor, sinceridade, dedicação, honestidade e fé. Por chamarem minha atenção quando foi necessário, mostrando que a educação é o melhor caminho para vencer a ignorância. Para vocês, o meu amor incondicional.

À minha família, especialmente aos meus padrinhos, Maria Mercês e José Roberto, e claro à minha vó Maria Teotônio Pereira, que, infelizmente, não está mais entre nós, mas me criou como filha, ensinando os verdadeiros princípios da vida.

A Marcos Durães, agradeço imensamente pelo seu amor, companheirismo, paciência, nesses anos de relação, principalmente nos momentos que precisei me ausentar para estudar e escrever este artigo. Obrigado pelo nosso maior presente, a Luísa, que está por vir e com certeza, nos ensinará muito sobre o verdadeiro amor, a vida e suas responsabilidades.

À Prof^a Dr^a Tânia Maria Augusto, deixo minha eterna gratidão, por todos os ensinamentos durante minha graduação, pelo apoio, carinho e paciência nas horas difíceis. Agradeço por me acolher, como uma filha, me orientando nesse trabalho e se preocupando com o que vinha vivenciando. A você, todo o meu respeito e admiração, e é claro, obrigada por ser meu maior exemplo.

As Professoras: Simone Dália e Iara Francisca, que aceitaram o convite para compor a Banca e se dispuseram a ler este artigo. Aos seus conhecimentos transmitidos durante as disciplinas ofertadas no curso, com certeza, tornaram e fizeram parte do que sou hoje. A vocês, obrigada por todos os ensinamentos e pela paciência durante este ciclo.

Sem esquecer dos meus amigos e companheiros de luta, Itamar Mateus, Pedro Caio, Karinne Rodrigues, Leonia Gusmão e Manuela Dias, agradeço pela grande amizade e ajuda durante todo curso. Graças a vocês, pessoas maravilhosas que Deus colocou na minha vida, dividimos amor, companheirismo e conflitos, afim de alcançarmos esta vitória.

À Rebeca Kelly, grande amiga e irmã que Deus me presenteou. Obrigado por todo apoio, ajuda e carinho que você tem pela minha pessoa.

À Prof^a Dr^a Tatiana Fernandes Sant'ana e aos colegas da Residência Pedagógica, agradeço pela oportunidade e conhecimentos compartilhados.

À turma 2015.2, por esses anos unidos, partilhando vitórias e perdas, tristezas e alegrias.

Para todos, minha eterna gratidão.